

Novo plano para derrubadas

LUÍSA MEDEIROS

DA EQUIPE DO CORREIO

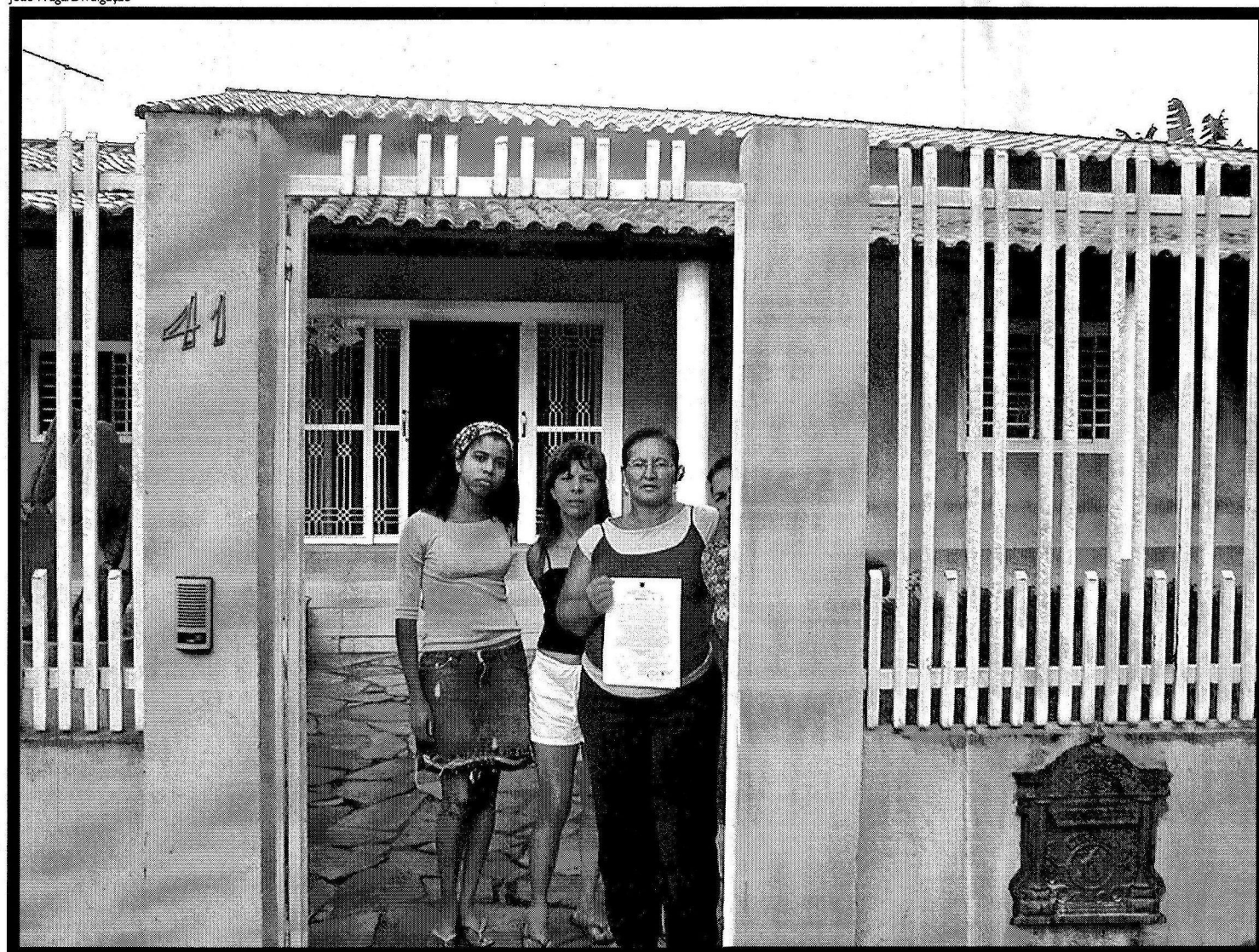
João Fraga/Divulgação

Casas habitadas só serão derrubadas em Vicente Pires por determinação judicial. O Governo do Distrito Federal (GDF) anunciou ontem que não demolirá edificações com mais de cinco anos e que tenham moradores. A medida foi tomada para evitar que o governo responda criminalmente e arque financeiramente pela ação. Para impedir as derrubadas, a comunidade alega, com base na Constituição Federal, que a moradia é inviolável. A demolição de pequenas construções, muros e cercas em áreas perto de córregos e nascentes, no entanto, deve ser retomada a partir da semana que vem.

O Sistema Integrado de Vigilância, Preservação e Conservação de Mananciais (Siv-Água) suspendeu a derrubada de seis casas na última segunda-feira. O governo cedeu à pressão depois que a Associação Comunitária de Vicente Pires apresentou um pedido de mandado de segurança à Vara de Fazenda Pública de Brasília. Após algumas manifestações da comunidade, a governadora Maria de Lourdes Abadia decidiu recuar e convocou, na terça-feira, reunião com representantes dos órgãos responsáveis pela desocupação das Áreas de Proteção Permanente (APPs) e da Procuradoria-Geral do DF.

No encontro, foi decidido que a partir de agora só o secretário de Segurança Pública, Athos Costa, fala sobre o assunto. O cronograma de derrubadas será refeito, além de um novo levantamento das irregularidades no setor. "Serão identificadas as casas desabitadas que podem ser demolidas sem o pronunciamento da Justiça", afirmou o secretário. "Não haverá complacência com os especuladores, mas não podemos derrubar casas ocupadas sem um deferimento judicial", argumentou. Ele disse ainda que um desembargador federal e procuradores do DF recomendaram paralisar as demolições de construções onde há moradores.

Desde 2004, foram demolidas em Vicente Pires, Vila São José e Colônia Agrícola Samambaia 61 casas erguidas em APPs (confira quadro). Athos Costa apresentou



COM A NOTIFICAÇÃO EM MÃOS, IDAIR FRAGA COMEMOROU A NOVA POSIÇÃO DO GOVERNO: "ELES NÃO PODEM CHEGAR AQUI E SAIR DERRUBANDO"

O QUE FOI REMOVIDO EM 2006

Vicente Pires

6 casas
505 metros quadrados
920m lineares de muros, cercas e pequenas construções
6 barracos
área de 270 metros quadrados

Colônia Agrícola Samambaia

8 casas
740 metros quadrados
860m lineares de muros e cercas
351 metros quadrados de pequenas construções

Derrubadas desde 2004:

61 casas
3.466 metros quadrados
9.865m lineares de cercas e muros
15 pequenas construções
1.210 metros quadrados

ainda o balanço das operações de remoção feitas este ano.

Violência

A decisão do GDF agradou moradores como a servidora pública Idair Fraga, 50 anos. Ela comprou um lote há nove anos na chácara 4,

perto do Jockey Club, em Vicente Pires. Há cinco anos, ela concluiu a construção da casa e mudou-se definitivamente com a família para o local. Desde então, Idair nega ter recebido qualquer notificação sobre irregularidades. Mas no último dia 23, fiscais apa-

receram e notificaram a família, dando prazo de 30 dias para abandonar o local. "Não somos invasores. Compramos a casa com todos os cuidados. Eles não podem chegar aqui e sair derrubando. É uma violência contra o morador", criticou.

A nova posição do governo pode evitar que os ocupantes da chácara 4 entrem na Justiça contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O órgão ambiental embargou, há um mês, as obras da Companhia de Saneamento Ambiental (Caesb) na região. A construção da rede de água e esgoto só poderá ser retomada se o governo local derrubar as ocupações irregulares, conforme prevê o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre Ibama, GDF e Ministério Público da União.

O superintendente regional do Ibama, Francisco Palhares, não quis comentar sobre a decisão do GDF nem a respeito da liberação das obras. O procuradora Ana Paula Mantovani está viajando e não foi encontrada para falar sobre o assunto.